

## **Alfabetização e Letramento nas turmas de 4º e 5º anos: Metodologias e impactos do Programa Tempo Certo**

Benício Emanuel Bezerra da Silva<sup>1</sup>

### **RESUMO**

O acesso a uma educação de qualidade é um direito constitucional de todos os indivíduos brasileiros. Nesse contexto, a alfabetização e o letramento são processos fundamentais para o desenvolvimento pleno dos educandos no Ensino Fundamental e nas etapas subsequentes da escolarização. Atualmente, espera-se que os estudantes sejam considerados alfabetizados, ou seja, se tornem capazes de ler e escrever de forma autônoma, ao final do segundo ano do Ensino Fundamental. No entanto, nem todas as crianças alcançam esse marco, o que resulta em defasagem nessa habilidade em anos posteriores. Para enfrentar esse desafio, são desenvolvidas estratégias específicas, como o Programa Tempo Certo, implementado no município de Caruaru-PE. Nessa perspectiva, este estudo foi direcionado pela pesquisa qualitativa, utilizando questionários e análise documental, tendo como objetivo analisar os impactos do Programa Tempo Certo nas práticas de alfabetização e letramento dos alunos do 4º e 5º anos do Ensino Fundamental na rede pública de ensino de Caruaru-PE, através de uma pesquisa qualitativa, estudando o acontecimento em seu contexto natural. Os resultados evidenciaram que, embora o programa pareça ter contribuído para o avanço de muitos educandos, ainda há desafios estruturais e metodológicos a serem enfrentados para garantir uma alfabetização mais efetiva e inclusiva.

**Palavras-chave:** *Alfabetização; Intervenção Pedagógica; Programa Tempo Certo.*

**DATA DE APROVAÇÃO:** 10 de abril de 2025

### **1. INTRODUÇÃO**

A alfabetização é um processo essencial para participação mais autônoma na sociedade em que vivemos, marcada pela profusão de escritos em diferentes setores das nossas vidas. A aprendizagem inicial da língua escrita não se resume, no entanto, à conquista das habilidades de converter letras em sons e vice-versa, estando articulada ao letramento, ou

---

<sup>1</sup>Graduando em Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, email: benicio.emmanuel@ufpe.br

seja, à capacidade de usar essas habilidades nas práticas sociais de leitura e de escrita, compreendendo as finalidades e contextos do que se ler e se escreve.

Atualmente no Brasil, as crianças devem ser alfabetizadas até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, mas nem todos/as os/as estudantes concluem seu processo de alfabetização nos anos escolares pré-estabelecidos. Esse “atraso” pode ocorrer por diversos fatores, como a desigualdade social e/ou a dificuldades em acompanhar metodologias que uniformizam o ensino, não levando em conta as necessidades individuais de cada estudante.

Nesse cenário, a teoria da psicogênese da escrita, desenvolvida por Emília Ferreiro e Ana Teberosky (1985), oferece uma perspectiva para compreensão de como as crianças constroem o conhecimento sobre a leitura e escrita. Essa teoria identifica diferentes níveis de compreensão da escrita pelas crianças – pré-silábico, silábico, silábico-alfabético e alfabético – desse modo, inferimos a importância de intervenções pedagógicas que respeitem esse processo de desenvolvimento.

Diante dos desafios relacionados à alfabetização, ações específicas, como o Programa Tempo Certo, implementado no município de Caruaru-PE, propõem intervenções pedagógicas para a aprendizagem da leitura e da escrita por todos os estudantes. O Programa tem como objetivo garantir que estudantes com defasagens de aprendizagem atinjam os níveis esperados de alfabetização e letramento, desenvolvendo um trabalho pedagógico nessa direção.

Com base nisso, a presente pesquisa propõe-se a analisar as metodologias e os impactos do Programa Tempo Certo nas práticas de alfabetização e letramento de alunos do 4º e 5º anos do Ensino Fundamental na rede pública de ensino de Caruaru-PE. O estudo parte de uma abordagem qualitativa, buscando compreender como as ações do programa influenciam os processos de aprendizagem, levando em conta o contexto natural em que os estudantes estão inseridos.

A escolha da temática do presente trabalho tem como **justificativa pessoal** o nosso ingresso no Programa Tempo Certo, do município de Caruaru-PE, no qual, por meio da intervenção junto a estudantes com defasagens de aprendizagem da rede pública de ensino, são desenvolvidas atividades objetivando o desenvolvimento das habilidades dos estudantes, dentre elas a alfabetização e o letramento. Nesse sentido, o trabalho com estudantes em anos escolares posteriores aos de alfabetização apontaram, ainda, a presença de educandos/as que não haviam consolidado o seu processo de alfabetização ou mesmo que ainda se encontravam em processo de alfabetização inicial.

No campo **social**, a presente temática justifica-se tendo como premissa a ideia de que o atraso na alfabetização aprofunda os desafios no campo educacional, criando uma barreira

significativa para o progresso dos/as estudantes ao longo de sua trajetória escolar. Aqueles que não consolidam habilidades básicas de leitura e escrita nos anos iniciais do Ensino Fundamental enfrentam dificuldades crescentes em acompanhar os conteúdos curriculares nos anos escolares seguintes, resultando em baixo desempenho acadêmico e, frequentemente, na evasão escolar. Além disso, a falta de alfabetização plena limita a capacidade desses estudantes de participar de forma mais autônoma na sociedade, comprometendo o exercício mais pleno da cidadania. Sem o domínio adequado da leitura e da escrita, esses indivíduos podem se sentir marginalizados nos espaços de debate público e acesso à cultura escrita, comprometendo seu desenvolvimento pessoal, social e intelectual. O ciclo de desigualdade é, assim, reforçado, perpetuando a exclusão educacional e social.

Por fim, a **relevância acadêmica** do presente trabalho evidencia-se por meio da necessidade de discutir estratégias para minimizar os índices de não-alfabetização de estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental, o que se agravou após a pandemia de Covid 19. Ao analisar dados apresentados no Congresso Brasileiro de Alfabetização-CONBALf, entre os anos de 2019-2024, foi possível encontrar três trabalhos que relacionam à alfabetização de crianças em turmas de 4º e 5º anos.

O primeiro deles é denominado O Soldadinho de Chumbo e a Bailarina no 4º ano: a constituição de crianças leitoras e autoras apaixonadas (Santos; Oliveira, 2021) e narra uma experiência vivenciada em uma turma de 4º ano da rede municipal do Mato Grosso, na qual, através de contos clássicos, analisa os impactos de um letramento discursivo, contínuo e transformador do processo de ensino-aprendizagem. O estudo teve como objetivo desenvolver a leitura e a escrita a partir dos contos de fadas de Hans Christian Andersen. A pesquisa utilizou a literatura infantil como disparadora do desejo e da necessidade de aprender a ler e escrever, considerando uma perspectiva discursiva de alfabetização. Os resultados apontaram que ensinar/aprender a ler e escrever é um processo discursivo. Nesse cenário, as crianças eram alfabetizadas, apesar de algumas terem dificuldade em escrever palavras pontuais.

O segundo deles é denominado como Os textos multimodais das fanfics: a escrita criativa como forma de consolidação das competências leitoras e de escrita de crianças do 5º ano do ensino fundamental (Benfica; Schmidt, 2023) e aborda as tecnologias e o letramento digital, especialmente as Fanfics, como ferramenta de produção literária, objetivando apresentar visões outras para o ensino da leitura e escrita escolar e o desenvolvimento de uma escrita criativa pelos estudantes. O estudo teve como objetivo explorar metodologias e processos de escrita criativa para aprimorar habilidades de letramento. A metodologia envolveu a integração da atividade a uma disciplina, permitindo avaliar o impacto dessas

práticas na aprendizagem. Os resultados demonstraram que o uso de Fanfic possibilitou associação entre criatividade, senso crítico e letramento digital. Nessa produção, as crianças já eram alfabetizadas e estavam desenvolvendo suas habilidades de produção textual.

O último deles é intitulado como A Fluência em Leitura de Alunos do 5º ano do Ensino Fundamental: um estudo comparativo (Silva; Santos, Silva e Dias, 2023) e objetiva diagnosticar os níveis de fluência leitora dos estudantes de 5º ano da rede municipal da Bahia. Nesse estudo, é analisado o trabalho com a fluência leitora dos estudantes, que são majoritariamente alfabetizados. Entretanto, uma parcela dos estudantes apresentaram dificuldade na leitura de sílabas complexas, realizando uma leitura silabada, o que demonstrava que permaneciam na etapa de “decodificação” de palavras mediante as sílabas, distanciados de uma leitura fluente. A pesquisa utilizou uma abordagem qualitativa, com atividades diagnósticas como instrumento de geração de dados, os quais foram aplicados a alunos de duas turmas de 5º ano. Os resultados apontaram que a turma A possuía um nível de fluência mais homogêneo, enquanto a turma B apresentava grande discrepância entre fluência e ano de escolaridade.

A partir disso, é notável a urgência de pesquisar e desenvolver estratégias e intervenções pedagógicas que atinjam de forma significativa e efetiva os processos de alfabetização e letramento dos estudantes dos 4º e 5º anos do ensino fundamental 1. Desse modo, a presente pesquisa baseia-se na problematização de compreender quais são os impactos do Programa Tempo Certo nas práticas de alfabetização e letramento dos estudantes de 4º e 5º anos do Ensino Fundamental em Caruaru-PE, tendo como objetivo geral analisar os impactos do Programa Tempo Certo no processo de alfabetização e letramento de estudantes dos 4º e 5º anos do Ensino Fundamental. Para isso, busca-se mapear os objetivos e diretrizes do Programa Tempo Certo e suas implicações na escola; identificar as metodologias e as práticas pedagógicas utilizadas pelos estagiários do Programa Tempo Certo no processo de alfabetização e letramento de estudantes do 4º e 5º anos do Ensino Fundamental; e caracterizar, por meio da percepção dos/as professores/as, o impacto do Programa Tempo Certo no desempenho escolar dos/das estudantes.

## **2. APORTE TEÓRICO**

### **2.1 Alfabetização e fracasso escolar**

A escrita surgiu através da necessidade das comunidades sociais encontrarem maneiras de garantir que a oralidade pudesse passar por processos de registro das múltiplas e

cada vez mais complexas atividades que os seres humanos precisavam desempenhar. Assim, diferentes sistemas de escrita foram criados. Esses registros passaram por etapas até chegarem ao sistema alfabético atual. Desse modo,

Foi o surgimento das cidades e as relações complexas entre seus habitantes que tornou necessária a invenção de uma técnica - a escrita - que materializasse, tornasse visível e permanente o que não podia mais ficar, ou não devia ficar, ou não se desejava que ficasse guardado apenas na memória, como: transações comerciais, normas, leis, acontecimentos, pagamentos etc. (Soares, 2006, p. 24)

Desse modo, o processo de alfabetização, mesmo que não inerente à espécie humana, foi se tornando uma necessidade fundamental para a organização social, econômica e cultural de grupos sociais. Ao longo do tempo, a capacidade de ler e escrever se tornou um direito essencial para a participação cidadã, possibilitando o acesso ao conhecimento sistematizado e a atuação autônoma em múltiplos contextos sociais.

A alfabetização não se limita ao domínio das habilidades de leitura e escrita, mas se configura como um processo fundamental para garantir o pleno exercício da cidadania e a participação plena dos sujeitos nos contextos social e político que estão inseridos. A apropriação dessas habilidades é um ponto crucial para o exercício de direitos e deveres sociais nas sociedades letradas. Nessa perspectiva,

Conhecemos bem, e há muito, o "estado ou condição de analfabeto", que não é apenas o estado ou condição de quem não dispõe da "tecnologia" do ler e do escrever: o analfabeto é aquele que não pode exercer em toda a sua plenitude os seus direitos de cidadão, é aquele que a sociedade marginaliza, é aquele que não tem acesso aos bens culturais de sociedades letradas e, mais que isso, grafocêntricas; porque conhecemos bem, e há muito, esse "estado de analfabeto", sempre nos foi necessária uma palavra para designá-lo, a conhecida e corrente analfabetismo. (Soares, 1998, p. 20).

Esse processo de escrita, que, inicialmente, surge como meio de registrar informações, torna-se mais complexa e supera a ideia de simples registro de dados. Com o tempo, a língua escrita tornou-se um símbolo de poder, distinguindo os sujeitos que tinham acesso à ela dos que não tinham. Ao se tornar um direito fundamental e constitucional, a apropriação da leitura e da escrita estabelece-se como um marco divisório no acesso e na participação nas esferas social, política e econômica.

A alfabetização, por sua vez, pode ser compreendida como o processo de apropriação do sistema de escrita, permitindo que os sujeitos consigam ler e escrever não apenas palavras, mas também unidades maiores da língua, como textos, pelo menos, de curta extensão. Além disso, o processo de alfabetização não se limita apenas à conversão de letras em sons e

vice-versa, mas deve garantir aos sujeitos a plena capacidade de interagir, interpretar e usar as informações lidas em diferentes contextos de sua vida cotidiana (Soares, 2020).

Em um sentido mais amplo, a alfabetização deve ser entendida como um ato de compreensão e intervenção no mundo, permitindo que os sujeitos leiam não apenas palavras, mas também a realidade que os cerca, como nos ensinou Freire (1988). Ao reconhecer a linguagem como um instrumento de interação e transformação social, o processo de ensino da leitura e da escrita precisa considerar as vivências e os saberes prévios dos sujeitos. Nessa perspectiva, Freire e Macedo (1988 p. 68) apontam que “Ler a palavra e aprender como escrever a palavra, de modo que alguém possa lê-la depois, são precedidos do aprender como “escrever” o mundo, isto é, ter a experiência de mudar o mundo e de estar em contato com o mundo.”

O letramento, por sua vez, ultrapassa as habilidades de ler e escrever, uma vez que envolve o uso da leitura e escrita em suas práticas sociais, culturais e cotidianas (Soares, 2020). Por meio do letramento, os sujeitos interagem diretamente com o mundo no qual estão imersos. Assim, apenas dominar as habilidades de leitura e escrita não é suficiente, pois é necessário saber utilizar essas habilidades nos diferentes contextos de uso da língua escrita.

A alfabetização e o letramento são alguns dos eixos centrais do primeiro ciclo dos anos iniciais do ensino fundamental, uma vez que é por meio desses processos que se torna possível o desenvolvimento de habilidades fundamentais para o processo de escolarização dos sujeitos. No entanto, apesar da alfabetização ser um direito constitucional fundamental e um fator essencial para a efetiva participação social, muitos sujeitos enfrentam dificuldades nesse processo, o que pode resultar no fracasso escolar.

Porém, apesar da variedade de métodos ensaiados para se ensinar a ler, existe um grande número de crianças que não aprende. Juntamente com o cálculo elementar, a lecto-escrita se constitui num dos objetivos da instrução básica, e sua aprendizagem, condição de sucesso ou fracasso escolar. (Ferreiro; Teberosky, 1999, p. 15).

O fracasso escolar é um fenômeno complexo que afeta muitos estudantes brasileiros. Neste artigo, focaremos no fracasso escolar no processo de alfabetização e letramento. Esse fracasso pode ser entendido como a incapacidade do sistema educacional de garantir que todos os estudantes adquiram as habilidades necessárias para o avanço em sua trajetória escolar, que pode gerar reprovações e evasão escolar em algumas redes e em outras a progressão de estudantes sem o desenvolvimento pleno das habilidades de leitura e escrita, como enfatizado por Leal (2011, p. 202): “Em outras redes, há um esforço pela não reprovação dos discentes, e são implantados regimes de progressão automática, mas tal

medida não evita as distorções porque muitos alunos progridem sem alcançar as metas estabelecidas para o nível de escolaridade.”.

Nesse sentido, a escola deve funcionar como um ambiente inclusivo e integrador, onde a diversidade de conhecimentos prévios seja valorizada, sendo também um espaço de ampliação de conhecimentos. Como apontado por Leal (2011, p. 206), “Assim, a escola precisa, sem preconceitos, dar acesso ao que os alunos não têm fora dela e, ao mesmo tempo, valorizar o que eles aprendem em outros espaços sociais, além da escola.”. Desse modo, é importante que a prática pedagógica reconheça e integre saberes.

Além disso, é importante destacar que o fracasso escolar no processo de alfabetização e letramento não é um problema individual, mas estrutural, que reflete a desigualdade educacional presentes no país, uma vez que a não alfabetização reflete diretamente no fracasso escolar que se estende anos e etapas posteriores à alfabetização, como apontado por Soares (2020, p. 10): “Há estatísticas que comprovam que as taxas de insucesso escolar crescem ao longo do ensino fundamental a partir do 3º ano: alunos não conseguem avançar para o próximo ano letivo, ou avançam sem habilidades básicas de leitura e escrita.”. Desse modo, evidencia-se que uma alfabetização mal consolidada nos anos iniciais da escolarização compromete o percurso escolar dos/das estudantes, acentuando as desigualdades e ampliando as taxas de retenção e evasão escolar ao longo da trajetória educativa.

## **2. 2 Alfabetização e letramento: aspectos legais e diretrizes**

A alfabetização e o letramento são processos fundamentais para garantir o pleno acesso à uma educação de qualidade nas sociedades letradas, direito fundamental garantido por dispositivos legais e normativos que orientam as práticas educacionais do Brasil. Visando assegurar o desenvolvimento adequado das competências de leitura e escrita nos anos iniciais do ensino fundamental, documentos como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelecem princípios e metas para o ensino, incluindo a etapa de alfabetização. Além disso, cada município pode organizar seu próprio currículo. Nesse sentido, a análise das normativas educacionais vigentes é essencial para compreendermos a perspectiva de educação do país e das cidades.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB (Lei nº 9.394- 1996) é um dos principais documentos que regulam a educação, estabelecendo princípios fundamentais para assegurar o direito à aprendizagem a todos os cidadãos brasileiros em idade escolar. O documento fundamenta que a educação deve promover o desenvolvimento integral dos

sujeitos, de modo que os prepare para o pleno exercício da cidadania. A LDB apresenta a educação básica como direito de todos e dever do Estado e orienta padrões mínimos para uma educação de caráter transformador e promotor da cidadania.

A lei ressalta, ainda, que a alfabetização plena e a capacidade gradual para a leitura e a escrita deve ser desenvolvida ao longo da educação básica, sendo essencial para a garantia dos direitos de aprendizagem dos sujeitos, aspecto reforçado pela incorporação da lei nº 14.407 de 2022, que estabelece a alfabetização e o desenvolvimento da leitura como compromisso e prioridade da educação básica, destacando a importância da oferta de condições adequadas para o desenvolvimento dessas habilidades.

A LDB, no artigo 32, a lei determina, ainda, que o Ensino Fundamental é o espaço para a promoção e o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita, sendo um fator essencial para o progresso dos estudantes,

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

(Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006)

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, 1996).

A Lei de Diretrizes e Bases estabelece diretrizes fundamentais para o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita. Além dela, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), instituída pela Lei nº 13.415 de 2017, constitui um documento que orienta as práticas pedagógicas no Brasil. A BNCC propõe um conjunto de competências e habilidades essenciais para cada etapa da educação básica.

De acordo com a BNCC, os estudantes, a partir do 1º ano do Ensino Fundamental, devem ser incentivados a compreender e produzir textos, de modo que, ao final do ciclo de alfabetização, composto pelo 1º e 2º anos do Ensino Fundamental, sejam considerados alfabetizados, de modo a participarem mais plenamente do mundo letrado, uma vez que a alfabetização é vista como um pilar para o desenvolvimento das demais habilidades cognitivas e sociais dos estudantes.

Além das diretrizes nacionais estabelecidas pela LDB e BNCC, cada município possui a autonomia de adaptar o currículo escolar às suas especificidades regionais e necessidades locais, desde que o currículo respeite os princípios da BNCC e da LDB, como é o caso do município de Caruaru, cidade do agreste de Pernambuco na qual realizamos o estudo apresentado neste artigo.

O currículo de Caruaru, em relação à alfabetização, tem como foco inicial o que é descrito pela BNCC em relação aos processos de alfabetização e letramento nos anos iniciais do ensino fundamental. O currículo municipal afirma ainda que tal processo deve ser enriquecido com metodologias e contextos que conversem com o uso de recursos digitais (Caruaru, 2022). Esse documento curricular reforça também o foco em alfabetizar no primeiro ciclo dos anos iniciais:

No Ensino Fundamental– Anos Iniciais, os componentes curriculares tematizam diversas práticas, considerando especialmente aquelas relativas às culturas infantis tradicionais e contemporâneas. Nesse conjunto de práticas, nos dois primeiros anos desse segmento, o processo de alfabetização deve ser o foco da ação pedagógica. Afinal, aprender a ler e escrever oferece aos estudantes algo novo e surpreendente: amplia suas possibilidades de construir conhecimentos nos diferentes componentes, por sua inserção na cultura letrada, e de participar com maior autonomia e protagonismo na vida social. (Caruaru, 2022, p. 92)

As escolas de Caruaru, para além das diretrizes adaptadas da BNCC, conta com um sistema de avaliação dos níveis de alfabetização das turmas dos anos iniciais do ensino fundamental, denominado Alfabetômetro, instrumento que visa acompanhar o processo de alfabetização de todos os estudantes da rede. Tal instrumento é baseado na Psicogênese da Escrita e categoriza os estudantes por ano escolar em três níveis de alfabetização. O primeiro deles é denominado de “estudantes não alfabetizados” e comporta as crianças que estão nas hipóteses pré-silábica e silábica sem valor sonoro. O segundo grupo é nomeado como “Estudantes em Processo de Alfabetização”, no qual os sujeitos que estão na hipótese silábica com valor sonoro e silábico-alfabético são alocados. Por fim, na categoria “Estudantes alfabetizados” são inseridos os estudantes no nível alfabético, que corresponde aos estudantes que compreendem o princípio alfabético, entendem que a escrita representa os sons da fala e escrevem palavras de forma mais próxima à convenção da língua, do respectivo ano escolar.

Desse modo:

De acordo com a secretária executiva pedagógica, Joana Torres, a ferramenta funciona como um termômetro, no qual contém hipóteses (etapas) de níveis de aprendizado a serem seguidas, até alcançar o objetivo que é a alfabetização. Nela, também é possível enxergar a situação de várias formas, a exemplo de quantos estudantes não estão alfabetizados, quantos estão em processo de alfabetização e quantos já estão alfabetizados.

“No início do ano, fizemos uma sondagem com alunos que não sabiam ler e analisamos em que etapa ele se enquadrava. Então, montamos um projeto de intervenções, dividindo as turmas em grupos com dificuldades semelhantes, para que os professores pudessem fazer um trabalho de acordo com a fase em que eles se encontram”, explicou Joana. (Metropolitana FM, 2022).

O projeto de intervenções e o nível de alfabetização é acompanhado a cada bimestre,

Todas as escolas contam com um Alfabetômetro, em formato de painel, que é alimentado pela coordenação pedagógica, com base em avaliações periódicas de sondagem de leitura escrita. “A cada dois meses, é feita essa avaliação para identificar o avanço de cada aluno, cada turma e de cada escola”, afirmou o secretário da Seduc, João Paulo Derocy Cêpa, acrescentando que esse acompanhamento está disponível para a comunidade escolar, bem como para a Secretaria de Educação e Esportes, que tem uma visão geral de toda a rede. (Metropolitana FM, 2022).

A categorização apresentada pelo instrumento Alfabetômetro precisa ser (re)analisada, sobretudo por classificar os estudantes enquanto “não alfabetizados” ou “em processo de alfabetização”. Tal categorização apresenta falhas, uma vez que todas as crianças, independentemente da hipótese em que se encontram - seja pré-silábica, silábica sem ou com valor sonoro e silábico-alfabética e mesmo alfabéticas - estão em processo de alfabetização. Assim, a segregação fabricada ao utilizar o termo “não alfabetizadas” não explora a complexidade e continuidade desse processo. Outro ponto a ser analisado é a categorização das crianças em nível alfabético como alfabetizadas, uma vez que, ainda que já compreendam as relações entre fala e escrita, não dominam ainda todas as relações entre letras e sons e a ortografia da língua (Soares, 2012).

Desse modo, bem como a BNCC, o currículo de Caruaru enfatiza a necessidade de alfabetizar no primeiro ciclo dos anos iniciais do ensino fundamental, definindo as habilidades de leitura e escrita como primordiais para a garantia da continuidade nas habilidades dessa etapa de ensino. Esses documentos reguladores buscam, apesar dos seus limites, tentar garantir o direito constitucional (Brasil, 1988) de uma educação de qualidade que forme os sujeitos para o pleno exercício da sua cidadania.

### **2.3 O Programa Tempo Certo e a alfabetização de estudantes de 4o e 5o anos do Ensino Fundamental**

O programa Tempo Certo foi criado, em 2021, com o intuito de auxiliar os estudantes da rede municipal de Caruaru - PE na recuperação e aceleração da aprendizagem, em resposta às dificuldades geradas pela pandemia de Covid-19. Tal programa, em primeiro momento, conta com uma equipe multidisciplinar composta, inicialmente, por 20 psicólogos, 20 assistentes sociais, 10 psicopedagogos e estagiários de psicologia e pedagogia. Para além disso, conta com a colaboração de universidades, do Governo do Estado de São Paulo e de Avaliações Diagnósticas. A implementação do programa foi dividida em três eixos: Aluno pra Frente, Janela para o Futuro e Aluno Presente 2.0. Esses eixos têm como principal objetivo

assegurar que os estudantes da rede municipal de Caruaru recebam um acompanhamento individualizado e adaptado às suas necessidades e dificuldades.

Na primeira etapa, denominada Aluno pra Frente, foi feito um mapeamento das principais dificuldades de aprendizagem dos estudantes. Esse diagnóstico foi fundamental para direcionar as estratégias de recuperação e assegurar que as metas pedagógicas sejam definidas de maneira precisa, com o objetivo de atender o maior número possível de alunos, inclusive aqueles com dificuldades de acesso à internet. A segunda fase, Janela para o Futuro, tem como foco o suporte à aprendizagem, ao bem-estar emocional e à inclusão digital. Por fim, o eixo Aluno Presente 2.0 busca fortalecer a relação entre estudantes, suas famílias e a comunidade escolar, com o objetivo de combater a evasão escolar e reintegrar os estudantes à escola, essas fases ocorrem ao decorrer de cada ano letivo. (Caruaru, 2024)

A recuperação de aprendizagem exige estratégias direcionadas e que levem em consideração as particularidades de cada estudante, respeitando seu ritmo e promovendo oportunidades para o desenvolvimento das habilidades e competências de seu nível de ensino. O Programa Tempo Certo atende as áreas de língua portuguesa e matemática nos anos iniciais. Porém, neste artigo, enfatizamos as intervenções que focam na alfabetização e letramento dos estudantes de 4º e 5º ano.

Desse modo, o atendimento do programa ocorre através da organização de pequenos grupos de estudantes de uma mesma série escolar - o quantitativo de estudantes em cada grupo era acordado levando em consideração a realidade de cada escola -, que são acompanhados de estagiários do curso de Pedagogia, possibilitando um acompanhamento mais próximo e personalizável para cada necessidade de aprendizagem. No contexto de pequenos grupos, seria possível a implementação de metodologias diferenciadas, a exemplo do uso de recursos lúdicos e práticas que oportunizam a construção ativa do conhecimento.

### **3. METODOLOGIA**

Quando se pensa em pesquisa educacional é importante compreender seu caráter reflexivo, de modo que se crie relações sólidas entre os sujeitos e os conhecimentos e através disso gerar reais articulações de conhecimento, possibilitando a criação e ampliação de saberes. Franco (2003) define essa articulação metodológica de sujeito-conhecimento como uma abordagem reflexiva, na qual o foco é direcionado para o contexto a ser explorado. Desse modo, a metodologia aplicada deve ser capaz de gerar reflexões sobre o tema, como afirma Franco:

A metodologia é também a organização do pensamento reflexivo-investigativo, durante todo processo da pesquisa. A metodologia deve institucionalizar os questionamentos em todas as fases do pesquisar. Instalar o questionamento e refleti-los sob a luz do quadro de referências imanentes à metodologia escolhida: a metodologia deve ser o exercício contínuo da dúvida metódica. (Franco, 2003, p. 193)

A presente pesquisa foi realizada no município de Caruaru-PE, tendo como campo instituições de ensino à Secretaria de Educação (SEDUC) da cidade que atendem os anos iniciais do ensino fundamental, em especial as turmas de 4º e 5º ano. Além disso, participaram estagiários/as do Programa Tempo Certo e professores/as dos 4º 5º anos, que estão inseridos nas escolas do município.

O município oferece os 4º e 5º anos em oitenta e oito escolas. Além disso, três escolas oferecem apenas 4º ano e duas apenas 5º, dentre elas escolas regulares, escolas quilombolas, escolas do campo e escolas em tempo integral, totalizando, na rede, 4.414 estudantes matriculados nas turmas de 4º ano e 3.922 nas turmas de 5º ano, segundo os dados do início do ano de 2024 (Caruaru, 2025).

Para além disso, o município distribuiu os/as estagiários/as do Programa Tempo Certo conforme a necessidade das escolas, baseados nos resultados das provas externas dos anos anteriores. Desse modo, no ano de 2023, foram alocados 123 estagiários nas escolas, algumas das quais receberam mais de um estagiário. No ano de 2024, foram alocados 84 estagiários/as, evidenciando diminuição do quantitativo de estagiários/as em decorrência do fim da graduação dos licenciandos.

No município, uma das estratégias utilizadas para a avaliação do nível de alfabetização dos estudantes é o “Alfabetômetro”, recurso que categoriza os estudantes conforme os níveis de escrita descritos pela Psicogênese da escrita: pré-silábico, silábico sem valor sonoro, silábico com valor sonoro, silábico alfabético e alfabético. A partir dos resultados obtidos, os estudantes são divididos em “Agrupamentos Produtivos” e (re)agrupados em função de sua hipótese de escrita, nas terças e quintas, dias em que as crianças de um mesmo ano escolar e/ou mesmo nível de alfabetização no ciclo são reorganizado em função de suas dificuldades. Nesses dias, a rotina é focada em atividades de alfabetização e letramento, apenas.

O presente trabalho se pauta em uma abordagem qualitativa, contextualizada como a pesquisa de determinado fenômeno em seu contexto natural de ocorrência, por meio de um contato direto e significativo do pesquisador com os contextos em investigação, possibilitando, desse modo, a análise das relações que ocorrem no interior da escola (André, 2012).

Através disso, a presente pesquisa está dividida em três etapas. Na primeira delas, busca-se mapear o programa, através de uma análise de seu edital de seleção e funcionamento, documento divulgado no Diário Oficial e nos sites oficiais da prefeitura, contendo vinte páginas, objetivando identificar suas diretrizes, atribuições, objetivos centrais e resultados esperados. A análise documental é, segundo Ludke e André (2012), uma técnica qualitativa de abordagem de dados, que busca, através da utilização de documentos, ferramentas para compreender evidências que fundamentam os caminhos da pesquisa.

Para além disso, estagiários/as participantes da pesquisa responderam um questionário online com quinze perguntas abertas acerca das metodologias adotadas, sua percepção sobre as práticas pedagógicas e de formação no contexto do programa e os principais desafios enfrentados durante suas intervenções. Esse procedimento é definido por Gil (1999) como a investigação mediada por questões, cuja finalidade é obter informações. Os participantes da pesquisa serão denominados E1, E2, E3, E4 e E5. Todos eram licenciandos/as em Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco- Campus Acadêmico do Agreste, durante o exercício do estágio.

Foram realizados, também, questionários com os/as professores/as de estudantes atendidos, visando compreender os impactos do programa no contexto de suas salas de aula. Esses sujeitos serão denominados como P1, P2, P3 e P4. Para compreender a percepção docentes, é necessário, primeiramente, delinear o perfil dos/das professores/as participantes da pesquisa. Nessa etapa da pesquisa, participaram quatro professores, todos com mais de seis anos de atuação, enquanto docentes dos anos iniciais do ensino fundamental. Todos eles atuavam no 4º ou/e 5º ano e contavam com o apoio do Programa Tempo Certo no processo de alfabetização e letramento desses educandos

Para a análise dos dados, optamos pela técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2004). Tal abordagem busca identificar, organizar e interpretar os temas recorrentes nas falas e textos analisados, permitindo uma leitura mais aprofundada dos sentidos presentes nas falas dos sujeitos da pesquisa.

## **4. ANÁLISE DOS DADOS**

### **4.1 Das diretrizes do Programa Tempo Certo**

O documento analisado, nesta seção, trata-se do edital de seleção pública simplificada para estágio na Secretaria de Educação e Esportes de Caruaru, no âmbito do Programa Tempo Certo. Como um instrumento normativo, o edital estabelece os critérios, requisitos e diretrizes

do programa, tratando das intencionalidades de sua implementação no contexto educacional do município de Caruaru - PE.

O presente edital justifica-se por meio de necessidades do município, referentes à educação e à política de estágio,

CONSIDERANDO o que determina a Lei 11.788/2008 e a necessidade de suporte ao desenvolvimento de projetos no Município de Caruaru,

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer uma política de estágios na administração pública;

CONSIDERANDO a importância de ampliação das atividades formativas por estágio das secretarias e órgãos que compõem a administração municipal;

CONSIDERANDO o Programa Tempo Certo, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes, que tem como objetivo apoiar os estudantes da rede municipal na recuperação e aceleração da aprendizagem; (Caruaru, 2023, p. 1).

A partir disso, a administração municipal da cidade anunciou a seleção de quatrocentos estagiários, dos quais duzentos eram estudantes de Pedagogia, a partir do 3º período ou equivalente em sua licenciatura, sendo 180 vagas destinadas à ampla concorrência e 20 a pessoas com deficiência, que deveriam estar devidamente matriculados em instituições conveniadas com o Programa Tempo Certo.

Esses estudantes foram selecionados a partir de duas etapas, sendo a primeira uma prova objetiva online, contando com 40 questões de múltipla escolha, e uma análise curricular e extracurricular, que levou em consideração a participação em seminários e em projetos de extensão. Além disso, os/as estagiários/as não poderiam negar a atuação em determinada localidade, sendo desligados do programa, caso ocorresse.

Por fim, o edital descreve as atribuições dos estagiários selecionados, sendo elas

Apoiar a organização e implementação dos agrupamentos produtivos;

Apoiar o professor na elaboração de material didático-pedagógico a ser usado no processo de alfabetização;

Apoiar o professor no planejamento das aulas focadas no melhor uso possível do tempo pedagógico;

Apoiar o processo de Alfabetização e Letramento Matemático dos estudantes dos Anos Iniciais, Finais e EJA da Rede Municipal de Ensino;

Apoiar o processo de diagnóstico das habilidades em defasagem, o desenvolvimento de atividades e verificação de aprendizagem de tais habilidades;

Auxiliar o professor na execução dos materiais oferecidos pela Rede, para apoiar no trabalho de desenvolvimento das aprendizagens;

Acompanhar e atualizar os PDIs dos estudantes da sala, apoiando o professor na avaliação processual. Utilizar os materiais dos laboratórios da Rede para promoção da aprendizagem; Incentivar a cultura de aprendizagem criativa na sala de aula;

Fomentar o protagonismo estudantil. Participar de Projetos da Secretaria Municipal de Educação e Esportes, caso a Escola não ofereça ações de contraturno;  
Participar dos Encontros Formativos semanais. (Caruaru, 2019, p. 15)

Apesar disso, os estagiários que participaram deste estudo apontaram que as formações não ocorriam semanalmente: “Teve uma formação, mas essa formação foi só para apresentar o programa e fazer discussões sobre os projetos da prefeitura. A orientação foi que o programa estava relacionado em aumentar os índices e recursos do Estado. (Extrato das questionário, 2025)”. Segundo um dos estagiários, por vezes, eles eram impedidos de utilizar os materiais dos laboratórios:

Os recursos, eu tinha dificuldade de acesso por questões de vínculos com a escola. Os materiais da escola, muitas vezes, eram exclusivos dos professores regulares. Depois de muita conversa, consegui acesso aos materiais. Quando isso aconteceu, usava jogos pedagógicos, por serem os materiais que estavam disponíveis na realidade da minha escola. (Extrato de Questionário, 2025)

Através do documento analisado e dos depoimentos dos/as estagiários/as, é possível perceber, inicialmente, as atribuições do Programa Tempo Certo e alguns aspectos do que ocorreu no cotidiano escolar. Esses dados permitem contextualizar os processos e práticas pedagógicas que foram utilizadas durante o estágio.

#### **4.2 Programa Tempo Certo: metodologias utilizadas pelos estagiários no processo de alfabetização e letramento de estudantes do 4º e 5º anos do Ensino Fundamental**

A alfabetização e o letramento exigem práticas pedagógicas estruturadas e metodologias adequadas às necessidades dos estudantes, especialmente daqueles que apresentam dificuldades significativas nesses processos, como é o caso dos/das estudantes que chegam ao 4º e 5º anos do Ensino Fundamental sem a apropriação adequada das habilidades de leitura e de escrita. Nesse contexto, os/as estagiários/as do Programa Tempo Certo atuavam no reforço das defasagens de aprendizagem dos/das estudantes, visando criar possibilidades para que os/as educandos/as avançassem em seus processos de alfabetização e letramento.

Dessa forma, as metodologias adotadas pelos/as estagiários/as buscavam proporcionar um ensino mais individualizado, considerando as necessidades de aprendizagem específicas de cada estudante. De acordo com os/as estagiários/as, não havia uma orientação única e inflexível para a realização das intervenções, o que lhes permitia atuar de acordo com as necessidades de cada grupo de estudantes.

Ainda assim, no edital de seleção do Programa Tempo Certo, uma das atribuições era a utilização de metodologias ativas de ensino, que promovessem a participação dinâmica e a interação dos estudantes,

ANEXO V- DAS ATRIBUIÇÕES

- Utilizar os materiais dos laboratórios da Rede para promoção da aprendizagem;
  - Incentivar a cultura de aprendizagem criativa na sala de aula;
  - Fomentar o protagonismo estudantil.
- (Caruaru, 2023, p. 15)

A utilização de metodologias ativas, conforme estabelecido no edital, visa criar possibilidades de um ensino mais significativo, no qual os/as educandos/as sejam protagonistas do seu processo de aprendizagem. Embora houvesse a orientação de utilização de metodologias ativas, não havia um modelo unificado de intervenções pedagógicas. Quando questionado sobre as formações para atuação no programa, E1 apontou que elas tinham “Foco do programa, público, métodos e abordagens atrativas”. (E1, extrato de questionário).

Para além das abordagens metodológicas utilizadas pelos/as estagiários/as, é importante compreender, também, o perfil dos estudantes atendidos pelo programa nos 4º e 5º anos, uma vez que compreender as defasagens no processo de alfabetização e letramento desses estudantes possibilita uma maior contextualização das práticas pedagógicas utilizadas. A partir de então, é possível pensar sobre como as intervenções realizadas foram ajustadas para cada grupo de estudantes atendidos, objetivando um ensino mais inclusivo e adequado.

Os/as estagiários/as que participaram da pesquisa, relataram que os/as educandos/as atendidos pelo Programa eram, majoritariamente, estudantes mais distantes da consolidação do processo de alfabetização. Ainda assim, os novos agrupamentos de estudantes, realizados pelos estagiários, apresentavam diferenças significativas em suas facilidades e dificuldades em relação aos conteúdos escolares.

Quando questionado sobre o perfil de seus estudantes, E2 relata que era muito diverso: “A turma era muito heterogênea, tinham crianças em [níveis] silábico sem valor sonoro, silábico com valor sonoro e silábico-alfabético. Eu os dividia por grupos. (Extrato de questionário, 2025). E4 corrobora essa afirmação: “Meus estudantes eram crianças do 4º e 5º ano do Ensino Fundamental, com idades entre 10 e 14 anos. As hipóteses eram diversas. Geralmente, eram alunos em hipótese pré-silábica, silábica sem valor sonoro e silábica com valor sonoro.” (Extrato de questionário, 2025). Conforme Soares (2020, p. 9),

[...] a aprendizagem da língua escrita [é] condição necessária para a continuidade do processo de escolarização em todas as áreas e todos os níveis de ensino. [...] os resultados da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) em 2016: mais da metade (54,7%) das crianças no 3º ano do ensino

fundamental foram avaliadas como estando em “nível insuficiente”, quando já teriam pelo menos três anos de escolarização e deveriam já estar alfabetizadas, capazes de ler e interpretar pequenos textos, habilidades avaliadas pela ANA.

E3 acrescentou que os estudantes pré-silábicos e silábicos sem valor sonoro não eram incluídos pela escola nas atividades de reforço, pois, curiosamente, apenas os que já apresentavam certo avanço teriam acesso a essas atividades:

Na primeira escola, trabalhei com estudantes do 6º ao 9º ano, com atraso na leitura e interpretação. Ainda assim, havia estudantes que estavam no nível silábico com valor sonoro. Além deles, havia estudantes surdos. Na segunda escola, trabalhei com estudantes do 2º e 5º ano apenas, todos sem deficiência e/ou sem laudo, pois os com laudo eram acompanhados pela professora de educação especial. Esses estudantes estavam, em sua maioria, em hipótese silábica com valor sonoro, pois fui orientada a tentar avançar os estudantes mais próximos à fluência para "subir" a nota da escola. À medida que os estudantes em hipóteses anteriores avançam nas suas turmas regulares, eles eram incluídos no reforço. (Extrato de Questionário, 2025).

Evidencia-se, desse modo, que nem todas as crianças recebiam oportunidades equitativas de aprendizagem, privilegiando-se aquelas que poderiam aumentar as taxas de alfabetização da escola. Muitas vezes, as crianças que mais precisavam da escola ou, como no caso analisado, de intervenções adicionais são marginalizadas do processo de ensino, uma vez que são vistas como sujeitos que estão muito distantes do padrão esperado e, por isso, só poderão ter essa oportunidade após apresentarem algum avanço. Segundo Ferreira (1981, p. 90-91),

(...) as crianças que ingressam na escola no nível pré-silábico não chegam ao nível alfabético na mesma proporção (das que chegam silábicas). (...) A partir desses dados, seria destituído de sentido concluir que só as crianças de nível silábico ou silábico alfabético estão “maduras” para ingressar no 1º grau. Isso significaria deixar de fora da escola 80% daquelas crianças que mais necessitam da escolarização. Quem as ajudará a chegar ao sistema alfabético se as deixarmos fora da escola? As crianças não estão obrigadas a chegar à escola já alfabetizadas; é a escola quem tem a responsabilidade social de alfabetizá-las.

A fim de garantir um ensino mais inclusivo e adequado às necessidades individuais dos/das estudantes, diferentes metodologias pedagógicas foram empregadas ao decorrer das intervenções dos/das estagiários/as, segundo seus depoimentos. As metodologias mobilizadas tinham como objetivo central possibilitar oportunidades de aprendizagem significativas, considerando os diferentes níveis de apropriação do sistema de escrita alfabética dos/das estudantes e os desafios que acompanhavam seus processos de alfabetização e letramento.

Quando perguntado sobre o planejamento das atividades, E2 destacou que

Inicialmente eu direcionava atividades muito específicas para cada hipótese de cada estudante. Quando eu tive contato com turmas de 5º ano, eu produzia os materiais com as demandas da coordenação e a necessidade de cada estudante. O planejamento levava em consideração, principalmente, que os estudantes eram não alfabetizados ainda. (Extrato de questionário, 2025)

Além disso, os/as estagiários/as relataram, ainda, a utilização de materiais pedagógicos diversificados, visando tornar o processo de ensino e de aprendizagem dos estudantes mais contextualizado com sua vida cotidiana, com uma abordagem majoritariamente lúdica e interativa, como apontado por E1, ao destacar a utilização de “Atividades colaborativas” (Extrato de questionário, 2025) e E2, que relatou que buscava utilizar “Jogos pedagógicos e fichas de atividades. (Extrato de questionário, 2025)”, como o uso de bingos e quebra-cabeças silábicos, realizados em grupo e/ou individualmente. De acordo com Leal (2011), ao analisar uma ação de correção de fluxo de aprendizagem chamada “Alfaetramento”, “As atividades com jogos que envolviam reflexão sobre alguns dos princípios do sistema de escrita alfabética foram fundamentais, pois possibilitavam que os estudantes aprendessem de forma lúdica e prazerosa”.

O uso de gibis e produções textuais próximas e atrativas à realidade dos educandos foram utilizadas, segundo os estagiários: “Para português utilizava leituras de histórias em gibi e para matemática utilizava jogos de manipulação de dinheiro”. (Extrato de questionário, 2025, grifo nosso). As ações pedagógicas foram planejadas, de acordo com esses relatos, de modo a considerar o contexto sociocultural dos/das estudantes, buscando estabelecer conexões significativas entre conteúdos escolares e vivências cotidianas.

A valorização do contexto dos/das estudantes também era levada em consideração no momento de adaptação de práticas pedagógicas para atender às diferentes necessidades dos estudantes. E4 relatou que “Buscava relacionar com coisas que as crianças gostam, jogos, animês, times de futebol e etc. Principalmente em relação às palavras usadas nas atividades e textos para leitura”. (Extrato de questionário, 2025). Como observa Leal (2011, p. 204-205), muitas vezes, “Os estudantes parecem não conceber que o que aprendem na escola faz sentido e assemelha-se ao que eles praticam em outros espaços sociais”.

Os/as estagiários/as questionados adotaram duas principais formas de agrupar seus estudantes atendidos. Uma delas se tratava da separação deles conforme seus níveis de apropriação do sistema alfabético, como no caso de E2:

Eu levava em consideração as hipóteses. Inicialmente, fazia uma [avaliação] diagnóstica, com o material da própria rede e material próprio, que contava com um ditado alinhado à teoria da Psicogênese, e, no cotidiano, via o que eles precisavam aprender, mas também o que era necessário para que eles

fossem alfabetizados, tentando ajudar, além do que já acontecia dentro da sala de aula. (Extrato de Questionário, 2025).

Outra forma de agrupamento era a junção de crianças em diferentes etapas do processo, para que, através da colaboração, os/as estudantes se ajudassem, como relatado por E3:

Eu tentava fazer grupos de crianças que estivessem em níveis diferentes, para que "uma puxasse a outra". Porém, às vezes, era mais fácil juntar crianças que tinham mais ou menos afinidade para que eu conseguisse dar aula sem brigas ou distrações excessivas. (Extrato de Questionário, 2025).

Além disso, os/as estagiários/as relataram a utilização de estratégias diversas para atender estudantes com maior dificuldade no processo de alfabetização. De acordo com os depoimentos, a implementação de estratégias lúdicas auxiliou na superação da resistência e do receio de errar que muitos dos/das estudantes apresentavam, uma vez que, ao chegar a anos mais avançados sem as habilidades adequadas de alfabetização, sentiam-se inseguros. Nessa perspectiva, Leal (2011, p. 205) aponta que “é imprescindível que o aluno tenha confiança na sua própria capacidade de pensar e de resolver problemas, aceitando desafios e entendendo que o conhecimento é sempre parcial”.

Esse aspecto também foi percebido por E3 em sua atuação. Quando questionada sobre as estratégias utilizadas com os estudantes, narrou que a maior parte deles apresentava um grande bloqueio:

Eu tentava usar assuntos mais próximos a eles, porque eles se identificavam mais. Então, música, tiktok, etc. E sempre corriam pros jogos ou desafios. Escrita era literalmente um inferno, porque as crianças tinham medo, ódio, pavor de escrever coisas. Então eu simplesmente dava o lápis de quadro e botava todos pra escrever lá. (Extrato de Questionário, 2025)

Por fim, os estagiários relataram que acompanhavam a evolução dos/das estudantes através de sondagens, realizada por ditados, e acompanhamento do progresso no processo de leitura e escrita. E2 afirmou, ainda, que um dos principais instrumentos para o acompanhamento desses estudantes na escola era o “Alfabetômetro”:

Através dos acompanhamentos individuais dos estudantes. Tínhamos formações de português e matemática, onde as formações de português traziam muito o aspecto da sondagem e do Alfabetômetro. A orientação era mais prescritiva. O Alfabetômetro é um instrumento da própria rede que coloca na entrada das escolas um banner em que se tem todas as turmas da escola, de 1º a 5º ano, colocando a quantidade de crianças alfabetizadas e não alfabetizadas. Através de um olhar mais superficial para a teoria da psicogênese da língua escrita, eles vão fazendo isso em cada bimestre, para que a população saiba como é o desempenho da escola na alfabetização. (Extrato de Questionário, 2025).

As estratégias e metodologias analisadas demonstram a complexidade do processo de alfabetização e letramento no contexto de estudantes não alfabetizados dos 4º e 5º anos. A diversidade de abordagens, a adaptação de atividades e o uso de recursos ligados às vivências dos/das educandos/as pareciam demonstrar a importância de uma atuação pedagógica plural e contextualizada, aspecto de fundamental importância para a diminuição das dificuldades enfrentadas pelos estudantes.

#### **4. 3 Programa Tempo Certo: percepções docentes sobre os seus impactos na alfabetização e letramento de estudantes do 4º e 5º anos do Ensino Fundamental**

A percepção das/os professoras/es sobre os impactos do Programa Tempo Certo no desempenho escolar dos/das estudantes constitui um elemento essencial para compreender a efetividade das intervenções pedagógicas realizadas pelos estagiários. Como profissionais que acompanham diretamente a trajetória dos/das educandos/as ao longo do ano letivo, possuem um olhar privilegiado a respeito dos avanços e desafios de cada estudante acompanhado.

Para compreender as percepções docentes, é necessário, primeiramente, delinear o perfil dos/das professores/as participantes da pesquisa. Nessa etapa da pesquisa, participaram quatro professores, todos com mais de seis anos de atuação, enquanto docentes dos anos iniciais do ensino fundamental. Todos eles atuavam no 4º ou/e 5º ano e contavam com o apoio do Programa Tempo Certo no processo de alfabetização e letramento desses educandos.

Quando questionados, os/as professores/as relataram que os/as estudantes que acompanhavam e participavam das intervenções do Programa Tempo Certo estavam ainda em processo de alfabetização, sendo a maior parte deles crianças e adolescentes entre 9 e 15 anos, majoritariamente educandos/as que já tinham sido reprovados/as, pelo menos, uma vez. De modo geral, os docentes apontaram, ainda, que os estudantes, em sua maioria, estavam na etapa pré-silábica e silábica sem valor sonoro.

Os professores destacaram, também, que a ação do programa contribuiu com o avanço dos estudantes, através de um atendimento mais individualizado, focado no processo de alfabetização. P3 apontou que percebia maior avanço dos estudantes “Por meio de atividades e estratégias que contemplavam as especificidades da turma”. (Extrato de Questionário, 2025)”. P1 afirmou ainda que a participação nos processos de intervenção gerou uma grande mudança no engajamento dos estudantes, que se mostravam cada vez mais abertos às dinâmicas de sala de aula, conforme avançavam em seu processo de alfabetização (Extrato de questionário, 2025). Esse aspecto também foi reforçado por P3: “A partir de que eles

começam no processo alfabético, eles têm mais interesse em participar das aulas, com mais dedicação, porque estão inseridos, de fato, de maneira autônoma em suas atividades. (Extrato de Questionário, 2025)”.

Analisando as metodologias utilizadas pelos estagiários, os/as docentes destacaram que, através da ludicidade e utilização de jogos, apresentavam resultados muito rápidos e satisfatórios no processo de aprendizagem da língua escrita, P1 compartilhou que “Em pouco tempo, o aluno chegava completando palavras e respondendo”. P3, em concordância, afirmou que “A partir do trabalho com jogos e alfabeto móvel, por exemplo, os estagiários puderam observar que os estudantes tiveram um desempenho mais rápido e uma resposta mais eficaz. (Extrato de Questionário, 2025).” Além disso, P3 afirmou que, através das intervenções, “Os estudantes subiram de ‘níveis’ satisfatoriamente, atendendo suas necessidades”. (Extrato de questionário, 2025)”, referindo-se aos níveis do “Alfabetômetro”.

## 5. CONCLUSÃO

A análise do Programa Tempo Certo evidenciou a importância de intervenções pedagógicas direcionadas a estudantes dos 4º e 5º anos que apresentavam dificuldades no processo de alfabetização e letramento. A pesquisa demonstrou que, embora o programa pareça ter contribuído para o avanço de muitos educandos, ainda há desafios estruturais e metodológicos a serem enfrentados para garantir uma aprendizagem mais efetiva e inclusiva.

A utilização de metodologias ativas, o acompanhamento individualizado e adaptação das práticas pedagógicas às necessidades dos estudantes foram fatores determinantes para os progressos observados. No entanto, a exclusão de alguns estudantes do processo de intervenção, a falta de uma orientação mais sistemática e a escassez de formações continuadas para os estagiários emergem como pontos a serem aprimorados.

Além disso, a percepção dos professores sobre a atuação do Programa Tempo Certo reforça a necessidade de um olhar mais amplo sobre os impactos da alfabetização tardia na trajetória escolar dos estudantes. Os relatos indicam que a personalização do ensino e a atenção às particularidades de cada aluno favorecem o desenvolvimento da leitura e da escrita, bem como o engajamento nas atividades escolares.

Entretanto, a continuidade dessas ações e sua integração ao currículo regular são fundamentais para que os avanços conquistados não sejam interrompidos. Dessa maneira, compreender os limites e as potencialidades do programa permite não apenas avaliar seus resultados, mas também fornecer subsídios para a construção de políticas educacionais mais

adequadas no combate à defasagem na alfabetização e no fortalecimento do letramento no fim do primeiro ciclo do ensino fundamental.

Dessa forma, torna-se evidente a necessidade de ampliação e aperfeiçoamento das estratégias implementadas pelo Programa Tempo Certo, de modo que a alfabetização e o letramento sejam abordados de maneira contínua e integrada ao percurso escolar dos estudantes. A formação dos estagiários, a adequação dos materiais didáticos e a ampliação das metodologias lúdicas e interativas podem contribuir para um impacto ainda mais significativo no desempenho dos alunos. Além disso, a escuta ativa dos docentes e a articulação entre os diferentes profissionais da educação são fundamentais para aprimorar a atuação do programa e garantir que suas intervenções sejam alinhadas às reais necessidades das turmas atendidas.

Por fim, a análise realizada evidencia que, apesar dos desafios enfrentados, o Programa Tempo Certo parece representar uma iniciativa relevante no enfrentamento da defasagem escolar em alfabetização e letramento, em que pese a excessiva preocupação com o aumento dos índices de alfabetização das crianças, “medidos” pelo “Alfabetômetro. Os resultados obtidos sugerem que intervenções pedagógicas planejadas e contextualizadas podem promover avanços significativos na aprendizagem dos estudantes, reafirmando a importância de políticas públicas voltadas à educação básica. Dessa maneira, os achados desta pesquisa podem servir como base para reflexões e estudos futuros, visando garantir que a alfabetização e o letramento sejam assegurados a todos os estudantes, sem exceções.

## 6. REFERÊNCIAS

- ANDRE, Marli e LUDKE, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986;
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004;
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018;
- CARUARU. Disponível em: <<https://caruaru.augeeducacional.com.br/pagina/tempo-certo>>. Acesso em: 17 dez. 2024;
- FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro. **A METODOLOGIA DE PESQUISA EDUCACIONAL COMO CONSTRUTORA DA PRÁTICA INVESTIGATIVA**. **NUANCES: estudos sobre educação: ano IX, v.09, [s. l.], 2003;**
- FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da Língua Escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999;
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999;

- LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber**: Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999.a;
- LEAL, Telma Ferraz. **Alfabetização: Análise de uma Ação de Correção de Fluxo**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2011;
- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996;
- METROPOLITANA FM (Caruaru). **Prefeitura de Caruaru implanta Alfabetômetro nas escolas municipais**. Caruaru-PE: Metropolitana FM, 26 mar. 2022. Disponível em: <https://metropolitanafmcaruaru.com.br/prefeitura-de-caruaru-implanta-alfabetometro-nas-escolas-municipais/>. Acesso em: 27 fev. 2025;
- MORAIS, A. **Sistema de Escrita Alfabética**. São Paulo: Melhoramentos, 2012;
- MORAIS, Artur Gomes de. **Alfabetização e letramento na BNCC: problemas conceituais, lacunas e inadequações no que é prescrito para os dois anos iniciais do ensino fundamental**. Debates em Educação, [S. l.], v. 12, n. Esp, p. 01–16, 2020. DOI: 10.28998/2175-6600.2020v12nEsp01-16. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/9955>. Acesso em: 7 abr. 2025;
- SANTOS, Mônica Regina dos, OLIVEIRA, Bárbara Cortella Pereira de Oliveira. **O SOLDADINHO DE CHUMBO E A BAILARINA NO 4º ANO: a construção de crianças leitoras e autoras apaixonadas**. V CONBALF, 2021;
- Santos, Maria de Fátima. **Pedagogia da presença: uma estratégia para o sucesso escolar / Maria de Fatima Pereira**. João Pessoa, 2016, disponível em <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/8764>. Acesso em: 22 mar. 2025;
- SOARES, Magda. **Letramento: Um Tema em Três Gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998;
- SOARES, Magda. **Alfalettrar**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

**BENÍCIO EMANUEL BEZERRA DA SILVA**

**ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NAS TURMAS DE 4º E 5º ANOS: METODOLOGIAS E  
IMPACTOS DO PROGRAMA TEMPO CERTO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Pedagogia do Campus Agreste da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, na modalidade ARTIGO como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Aprovado em: 10/04/2025.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Alexsandro da Silva  
Orientador - Examinador Interno – NFD/CAA/UFPE

---

Profª. Ma. Islayne Barbosa de Sá Gonçalves  
Examinadora Externa – Professora da rede municipal de ensino de Arcoverde - PE.

---

Profª. Ma. Risocleide Aparecida Maria da Silva  
Examinadora Externa - Bolsista da FACEPE